

## ELEIÇÕES DO MPPB

### FRANCISCO SERÁPHICO, AMADEUS LOPES E JOÃO ARLINDO FORMAM A LISTA TRÍPLICE

Promotores foram os mais votados na eleição para o cargo de procurador-geral de Justiça do Ministério Público da Paraíba



Os promotores de Justiça Francisco Seráphico Ferraz da Nóbrega Filho, Amadeus Lopes Ferreira e João Arlindo Corrêa Neto foram os mais votados pelos membros da instituição e estão compondo a lista tríplice de nomeação de procurador-geral de Justiça do Ministério Público da Paraíba (MPPB) para o biênio 2017/2019. O processo eleitoral transcorreu durante todo o sábado (29) na sede do MPPB, em João Pessoa.

Duzentos e dois membros (promotores e procuradores de Justiça) compareceram à eleição. Cada um deles pôde votar em até três candidatos. Francisco Seráphico Ferraz da Nóbrega Filho foi escolhido por 75,7% dos eleitores (em números absolutos, ele obteve 153 votos), Amadeus Lopes Ferreira por 40,6% (com 82 votos); e João Arlindo Corrêa Neto por 31,7% (registrou 64 votos).

Os outros quatro candidatos que estavam na disputa, Clístenes Bezerra de Holanda, João Geraldo Carneiro Barbosa, José Roseno Neto e Valberto Cosme de Lira, obtiveram, respectivamente, 58, 42, 41 e 37 votos (números absolutos). Foram registrados ainda 106 votos brancos e 23 nulos. Pela primeira vez no Ministério Público, a eleição foi realizada com urna eletrônica.

Após a definição da lista tríplice, a instituição tem um prazo de três dias para encaminhá-la ao governador do estado, que terá um prazo de 15 dias para nomear o procurador-geral de Justiça dentre os integrantes da carreira do Ministério Público constantes da lista tríplice. Se o governador não efetivar a nomeação nos quinze dias que se seguirem ao recebimento da lista, será investido automaticamente no cargo o membro do Ministério Público mais votado da lista.

#### Debate

Dez dias antes, os sete candidatos ao cargo de PGJ participaram do debate, organizado pela Associação Paraibana do Ministério Público (APMP). Além dos três que compõe a lista tríplice, também participaram os promotores de Justiça, João Geraldo Carneiro Barbosa e Clístenes Bezerra de Holanda, e os procuradores de Justiça Valberto de Cosme Lira e José Roseno Neto.

“O objetivo do debate foi dar a oportunidades para os candidatos de apresentarem às suas propostas diante dos membros de uma forma democrática e transparente, como sempre defende a APMP e o próprio Ministério Público. É importante destacar o alto nível do debate feitos pelos candidatos”, ressaltou o presidente Bergson Formiga.

O presidente ainda lembrou que o evento foi estruturado visando fortalecer a democracia interna da instituição e, assim, contribuir com o avanço do Ministério Público paraibano: “Foi uma oportunidade para que os membros conhecessem melhor os candidatos dispostos a conduzir a chefia do MPPB pelos próximos dois anos e tenham subsídios suficientes para avaliar as propostas, planos e ideias que poderão conduzir o destino da nossa instituição”.



## APMP PARTICIPA DE REUNIÃO DA CONAMP PARA DISCUTIR REFORMAS DO CÓDIGO PENAL E DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL

Com a retomada das atividades do Congresso Nacional, o conselho deliberativo da Conamp vai reforçar o trabalho da comissão temática da reforma do Código Penal (PLS 236/2012). A decisão foi tomada durante a XV reunião ordinária do biênio 2016/2018, realizada na última quarta-feira (02). O objetivo é promover estudos de caráter nacional e contribuir com o Legislativo. O 1º vice-presidente da Conamp, Victor Hugo Azevedo, é o coordenador da comissão. Novos integrantes serão indicados pelos presidentes das associações afiliadas.

Estratégia semelhante foi adotada com a reforma do Código de Processo Penal (PL 8045/10). O resultado dos trabalhos conduzidos pelo secretário-geral da Conamp, Elísio Teixeira, foi entregue aos relatores da matéria.

### Rezzoneamento eleitoral

Foi aprovada também a publicação de um

manifesto com as 10 verdades sobre o rezoneamento eleitoral. A iniciativa é um alerta para que a sociedade entenda os motivos reais pelos quais a extinção das zonas eleitorais é um retrocesso. A Conamp é contra as normativas do Tribunal Superior Eleitoral e questiona o rezoneamento eleitoral no Supremo Tribunal Federal.

### Normativas

Reforma da previdência (PEC 287/16), recomposição inflacionária dos subsídios e os projetos relacionados ao extrateto também foram itens de debate. Além das matérias do parlamento, foram ainda analisadas resoluções e recomendações do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), bem como a federalização de processos criminais e o porte de arma por membros do MP. O conselho deliberativo discutiu ações de estratégia institucional para proteger os direitos e prerrogativas dos membros do Ministério Público.